

in Ethnologia, n.s., n° 6-8, 1997, pp. 17-37

Os Argonautas do Pacífico Ocidental

Bronislaw Malinovski

84

Introdução: objecto, método e alcance desta investigação

I

As populações costeiras das Ilhas dos Mares do Sul, com muito raras exceções, são, ou eram antes da sua extinção, peritas em navegação e comércio. Algumas delas desenvolveram excelentes tipos de canoas de navegação em alto mar, nas quais embarcavam para expedições comerciais distantes ou incursões de guerra e conquista. Os Papua-Melanésios, que habitam a costa e as ilhas longínquas da Nova Guiné, não são excepção a esta regra. Trata-se, de um modo geral, de marinheiros corajosos, artesãos habilidosos e negociantes argutos. Os centros de manufatura de artigos importantes, como a cerâmica, instrumentos de pedra, canoas, cestaria fina e ornamentos valiosos, distribuem-se por diferentes locais, de acordo com a habilidade dos habitantes, a tradição tribal que herdaram ou as condições propícias oferecidas pela região; por isso, estes produtos são comercializados através de vastas regiões, chegando a percorrer-se centenas de quilómetros.

Entre as várias tribos estabeleceram-se formas de trocas definidas ao longo de rotas comerciais precisas. Uma das formas de comércio intertribal mais notável é a que existe entre os Motu de Port Moresby e as tribos do Golfo de Papua. Os Motu navegam centenas de quilómetros em canoas pesadas e desajeitadas chamadas *lakatoi*, que têm velas características em forma de tenazes de caranguejo. Trazem cerâmica e ornamentos feitos com conchas – e antigamente traziam lâminas de pedra – para os Papuas do Golfo, dos quais obtêm, em troca, sagú e as pesadas canoas escavadas em troncos de árvore, que mais tarde utilizam para a construção das suas *lakatoi*¹.

Mais a Leste, na costa Sul, vive a população marítima e diligente dos Mailu, que liga o extremo oriental da Nova Guiné às tribos da costa Central, através de expedições comerciais anuais². Por fim, os nativos das ilhas e dos arquipélagos dispersos pelo Extremo Oriental, mantêm constantes relações comerciais entre si. O livro do Prof. Seligman oferece-nos uma excelente descrição deste tema, especialmente das rotas comerciais mais próximas entre as

várias ilhas habitadas pelos Massim do Sul³. Existe, todavia, outro sistema comercial muito alargado e altamente complexo, que inclui nas suas ramificações, não só as ilhas próximas do Extremo Oriental, mas também as Luisíadas, a Ilha de Woodlark, o Arquipélago de Trobriand e o grupo de Entrecasteaux, penetrando no continente da Nova Guiné e influenciando indirectamente várias regiões distantes, como a Ilha de Rossel e algumas partes da costa Norte e Sul da Nova Guiné. Este sistema comercial, o Kula, é o tema que me proponho descrever neste volume e tornar-se-á evidente que se trata de um fenómeno económico de considerável importância teórica. Reveste-se de um significado extremo na vida tribal dos nativos que vivem dentro do seu circuito, sendo a sua importância totalmente reconhecida pelos próprios, cujas ideias, ambições, desejos e vaidades estão directamente relacionados com o Kula.

II

Antes de prosseguir com a descrição do Kula, será conveniente fazer uma descrição dos métodos utilizados na recolha do material etnográfico. Em qualquer ramo do conhecimento, os resultados de uma pesquisa científica devem ser apresentados de maneira totalmente neutra e honesta. Não ocorreria a ninguém fazer uma contribuição experimental no âmbito da ciência física ou química sem dar conta detalhada de todos os passos das experiências que efectuou, uma descrição exacta dos instrumentos utilizados, da maneira como as observações foram conduzidas, do seu número, da quantidade de tempo que lhe foi dedicado e do grau de aproximação com o qual cada medida foi realizada. Nas ciências menos exactas, como na Biologia ou na Geologia, isto não pode ser feito de forma tão rigorosa, mas qualquer estudioso fará o seu melhor de maneira a fornecer ao leitor todas as condições em que as experiências ou observações foram efectuadas. Lamentavelmente, na Etnografia, onde a apresentação desinteressada dessa informação se torna talvez ainda mais necessária, isto nem sempre tem sido devidamente explicitado e muitos autores limitam-se a apresentar os dados adquiridos, fazendo-os emergir, perante nós, a partir da mais completa obscuridade, sem qualquer referência aos processos utilizados para a sua aquisição.

Seria fácil citar obras de grande reputação e de cunho científico reconhecido, em que somos confrontados com generalizações por atacado, sem qualquer informação relativa às experiências que conduziram os autores às suas conclusões. Não encontramos aí nenhum capítulo ou parágrafo especial dedicado à descrição das condições sob as quais as observações foram efectuadas e as informações recolhidas. Ora eu penso que a linha que separa os resultados da observação directa e as declarações e interpretações nativas das inferências do autor baseadas no seu senso comum e capacidade de penetração psicológica⁴ só pode ser traçada com base nessas fontes etnográficas de inquestionável valor científico. Na verdade, um sumário como o

que está incluído no quadro abaixo (Div. IV deste capítulo), deveria ser sempre exibido, de forma a que, num olhar rápido, o leitor possa avaliar com precisão o grau de conhecimento pessoal do autor sobre os factos que descreve e formar uma ideia relativamente às condições de obtenção de informação junto dos nativos.

Se pensarmos na ciência histórica, nenhum autor esperaria ser levado a sério se envolvesse as suas fontes em mistério e falasse do passado como se o estivesse a adivinhar. Na Etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos. Na Etnografia, a distância entre o material informativo bruto – tal como se apresenta ao investigador nas suas observações, nas declarações dos nativos, no caleidoscópio da vida tribal – e a apresentação final confirmada dos resultados é, frequentemente, enorme. O Etnógrafo tem que salvaguardar essa distância de anos laboriosos, entre o momento em que desembarca numa ilha nativa e faz as suas primeiras tentativas para entrar em contacto com os nativos e o período em que escreve a sua versão final dos resultados. Uma ideia geral e breve das atribuições de um Etnógrafo, tal como eu as vivi, pode lançar mais luz sobre esta questão do que qualquer longa discussão em abstracto.

III

Imagine o leitor que, de repente, desembarca sozinho numa praia tropical, perto de uma aldeia nativa, rodeado pelo seu material, enquanto a lancha ou pequena baleeira que o trouxe navega até desaparecer de vista. Uma vez que se instalou na vizinhança de um homem branco, comerciante ou missionário, não tem nada a fazer senão começar imediatamente o seu trabalho etnográfico. Imagine ainda que é um principiante sem experiência anterior, sem nada para o guiar e ninguém para o ajudar, pois o homem branco está temporariamente ausente, ou então impossibilitado ou sem interesse em perder tempo consigo. Isto descreve exactamente a minha primeira iniciação no trabalho de campo na costa Sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que efectuei às povoações durante as primeiras semanas e da sensação de desânimo e desespero depois de muitas tentativas obstinadas mas inúteis com o objectivo frustrado de estabelecimento de um contacto real com os nativos ou da obtenção de algum material. Atravessei períodos de desânimo, alturas em que me refugiava na leitura de romances, tal como um homem levado a beber numa crise de depressão e tédio tropical.

Imagine-se, agora, o leitor, entrando pela primeira vez na aldeia, sozinho ou na companhia do seu cicerone branco. Alguns nativos juntam-se em seu redor, especialmente se pressentirem que há tabaco. Outros, mais distintos e

idosos, mantêm-se sentados onde estão. O seu companheiro branco tem a sua forma habitual de lidar com os nativos e não compreende, nem parece querer compreender, a maneira como você, enquanto Etnógrafo, os terá de abordar. A primeira visita deixa-o com a esperança de que, quando voltar sozinho, as coisas correrão melhor. Essa era, pelo menos, a minha expectativa.

Regressei na primeira oportunidade e depressa reuni uma audiência à minha volta. Um saudações em *pidgin-English** de ambas as partes e algumas trocas de tabaco instalaram uma atmosfera de amabilidade mútua. Tentei então passar ao assunto. Primeiro, para começar com temas que não levantassem suspeitas, comecei a «fazer» tecnologia. Alguns nativos estavam ocupados a fabricar um ou outro objecto. Era fácil observá-los e obter os nomes das ferramentas e mesmo algumas expressões técnicas sobre os procedimentos, mas logo se esgotou o assunto. É preciso não esquecer que o *pidgin-English* é um instrumento muito imperfeito para expressar ideias e que, antes de se alcançar um treino razoável na construção de perguntas e compreensão de respostas, a sensação é a de que nunca se virá a atingir uma comunicação fluente com os nativos; e eu era incapaz de estabelecer qualquer conversa clara ou detalhada com eles. Estava ciente de que o melhor remédio para ultrapassar isto era empreender a recolha de dados concretos e, então, elaborei um censo da aldeia, registei genealogias, tracei planos e recolhi os termos que designam as formas de parentesco. Mas tudo isto era material morto que pouco adiantava para o conhecimento da verdadeira mentalidade ou comportamento nativo, uma vez que eu nem sequer podia adquirir uma boa interpretação local de nenhum destes temas nem alcançar aquilo que poderemos designar como o sentido da vida tribal. Relativamente às suas ideias sobre a religião e a magia, as suas crenças na feitiçaria e nos espíritos, nada era conseguido, para além de alguns temas superficiais de folclore deturpados devido ao constrangimento do *pidgin-English*.

A informação que recebi de alguns brancos residentes na região, embora valiosa à sua maneira, foi mais desencorajadora do que qualquer outra relacionada com o meu próprio trabalho. Ali estavam aqueles que, vivendo há anos no local, com oportunidades constantes de observar os nativos e de comunicar com eles, pouco ou nada sabiam com exactidão a seu respeito. Como podia eu, então, em poucos meses ou mesmo num ano, esperar superá-los e ir mais além? Além disso, a maneira como os meus informadores brancos falavam dos nativos e expunham as suas opiniões era, naturalmente, a de mentes destreinadas e pouco acostumadas a formular os seus pensamentos com algum grau de consistência e precisão. Na sua maioria, e quer se tratasse de um administrador ou de um comerciante, estavam, como seria de esperar, marcados por preconcei-

* Inicialmente utilizado em contexto chinês, o *pidgin-English* refere-se genericamente a apropriações locais rudimentares da língua inglesa, para comunicação entre indígenas e forasteiros geralmente comerciantes. (Nota de revisão científica.)

tos e opiniões precipitadas, habituais no homem prático comum mas tão repugnantes para uma mente que lutava por uma perspectiva objectiva e científica dos factos. O hábito de tratar com uma frivolidade arrogante o que é realmente sério para o Etnógrafo e a negligência votada àquilo que, para este, é um tesouro científico – refiro-me às peculiaridades e autonomia mentais e culturais –, estas características, comuns entre os escritores amadores de segunda, eram a tónica dominante no espírito da maioria dos residentes brancos⁵.

De facto, foi apenas quando me encontrei sozinho na região que a minha primeira obra de pesquisa etnográfica na costa Sul começou a avançar; descobri então, à minha custa, onde residia o segredo do verdadeiro trabalho de campo. Qual é, afinal, esta magia do Etnógrafo pela qual ele é capaz de evocar o verdadeiro espírito dos nativos, a verdadeira imagem da vida tribal? Como de costume, o sucesso só pode ser obtido através de uma aplicação sistemática e paciente de um determinado número de regras de bom senso e de princípios científicos bem definidos e não através de qualquer atalho miraculoso que leve aos resultados desejados sem esforço ou problemas. Os princípios do método podem ser agrupados em três itens principais: em primeiro lugar, como é óbvio, o investigador deve guiar-se por objectivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnografia moderna; em segundo lugar, deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efectivamente entre os nativos, longe de outros homens brancos; finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registando as suas provas. Falemos um pouco destas três pedras basilares do trabalho de campo, começando pela mais elementar: a segunda.

IV

Condições adequadas ao trabalho etnográfico. Como já referi, o mais importante é mantermo-nos afastados da companhia de outros homens brancos e num contacto o mais estreito possível com os nativos, o que só pode ser realmente conseguido acampando nas suas próprias povoações. É muito reconfortante estabelecer uma base na propriedade de um branco por causa dos mantimentos e em caso de doença ou saturação da vida indígena. Mas ela deve estar suficientemente afastada de modo a não se tornar no local onde se vive permanentemente e de onde se sai a horas fixas com o objectivo de ir «trabalhar na aldeia». Não deve estar sequer tão próxima que permita um acesso rápido e a qualquer momento para distração. Isto porque o nativo não é o companheiro natural de um homem branco, e depois de se ter estado a trabalhar com ele durante algumas horas, observando o modo como arranja os seus jardins, escutando as suas informações sobre folclore ou discutindo os seus costumes, é natural que se anseie pela companhia dos nossos semelhantes. Mas se se estiver só, numa aldeia com difícil acesso a outros brancos, sai-se para um

passeio solitário de cerca de uma hora, regressa-se e depois, de forma natural, procura-se a convivência dos nativos, desta vez para resolver a solidão, como se faria com qualquer outra companhia. E, através deste relacionamento natural, aprende-se a conhecê-los e a familiarizar-se com os seus costumes e crenças de forma muito mais conveniente do que quando se recorre a um informador pago e muitas vezes aborrecido.

Existe uma diferença enorme entre uma escapela esporádica na companhia dos nativos e um contacto real com eles. O que significa isto? Da parte do Etnógrafo, significa que a sua vida na aldeia – no início uma aventura muitas vezes estranha e desagradável, outras vezes intensamente interessante – assume depressa um curso natural em harmonia progressiva com aquilo que o rodeia.

Pouco tempo depois de me estabelecer em Omarakana (Ilhas Trobriand), comecei, de certa forma, a participar na vida da aldeia, a esperar com impaciência pelos acontecimentos importantes ou festivos e a interessar-me pessoalmente pelos mexericos e pelas pequenas ocorrências locais. Acordava todas as manhãs para um dia que se me apresentava mais ou menos semelhante ao de um nativo. Saía de debaixo do meu mosquiteiro e observava a vida da aldeia despertando em meu redor ou aqueles que já tinham começado o seu trabalho, consoante a hora ou a estação do ano, pois as tarefas eram iniciadas de acordo com as necessidades do trabalho. À medida que dava o meu passeio matinal pela aldeia, podia apreciar detalhes íntimos da vida familiar, de higiene corporal, cozinha ou culinária; podia observar os preparativos para o dia de trabalho, as pessoas iniciando as suas incumbências ou grupos de homens e mulheres ocupados com algumas tarefas artesanais. Brigas, piadas, cenas familiares, acontecimentos triviais, por vezes dramáticos, mas sempre significativos, constituíam a atmosfera da minha vida diária, tal como a deles. Deve ser lembrado que o facto de os nativos me verem diariamente fez com que deixassem de se interessar, rezear ou mesmo de ficar condicionados pela minha presença, deixando eu de constituir um elemento perturbador da vida tribal que queria estudar, de alterá-la com a minha aproximação, como sempre acontece com um recém-chegado a uma comunidade selvagem. De facto, como sabiam que iria meter o nariz em tudo, mesmo onde um nativo bem educado não sonharia fazê-lo, acabaram por me encarar como parte integrante das suas vidas, um mal ou um aborrecimento necessário, mitigado por donativos em tabaco.

Mais tarde, durante o dia, qualquer coisa que acontecesse se tornava de fácil alcance e dificilmente escapava ao meu conhecimento. Alarmes sobre a aproximação do feiticeiro ao fim do dia, uma ou duas grandes brigas importantes e desentendimentos dentro da comunidade, casos de doença, tentativas de cura e mortes, ritos mágicos que tinham de ser executados, tudo isto se passava mesmo à frente dos meus olhos, por assim dizer, à minha porta e, por isso, não tinha de perseguir nenhum destes casos com receio de que me escapassem. E devo insistir que de cada vez que se passa algo dramático ou

importante é essencial investigá-lo no preciso momento em que ocorre, pois os nativos não conseguem então deixar de falar do assunto e estão demasiado excitados para se mostrarem reticentes e demasiado interessados para se tornarem parcimoniosos nos detalhes. Também muitas e muitas vezes não cumpri a etiqueta, facto que os nativos, já familiarizados comigo, não hesitaram em apontar. Tive de aprender a comportar-me e, até certo ponto, adquiri «a sensibilidade» para o que entre os nativos se considerava boas e más maneiras. Foi graças a isto, e à capacidade em apreciar a sua companhia e partilhar alguns dos seus jogos e diversões, que me comecei a sentir em verdadeiro contacto com os nativos. E esta é, certamente, a condição prévia para poder levar a cabo com êxito o trabalho de campo.

V

Mas o Etnógrafo não tem apenas de lançar as redes no local certo e esperar que algo caia nelas. Tem de ser um caçador activo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até aos esconderijos mais inacessíveis. Isto leva-nos aos métodos mais activos de persecução dos testemunhos etnográficos. Como foi mencionado no final da Divisão III, o Etnógrafo tem de inspirar-se no conhecimento dos resultados mais recentes da pesquisa científica, nos seus princípios e objectivos. Não me vou alargar sobre este assunto, excepto numa chamada de atenção, para evitar a possibilidade de equívoco. Estar treinado e actualizado teoricamente não significa estar carregado de «ideias preconcebidas». Se alguém empreende uma missão, determinado a comprovar certas hipóteses, e se é incapaz de a qualquer momento alterar as suas perspectivas e de as abandonar de livre vontade perante as evidências, escusado é dizer que o seu trabalho será inútil. Mas quantos mais problemas ele levar para o campo, quanto mais habituado estiver a moldar as suas teorias aos factos e a observar estes últimos na sua relação com a teoria, em melhores condições se encontrará para trabalhar. As ideias preconcebidas são prejudiciais em qualquer trabalho científico, mas a prefiguração de problemas é o dom principal do investigador científico, e estes problemas são revelados ao observador, antes de mais, pelos estudos teóricos.

Em Etnologia, os esforços iniciais de Bastian, Tylor, Morgan e dos *Volkerpsychologen* alemães reformularam a informação mais antiga e em bruto dos viajantes, missionários, etc., e demonstraram-nos quão importante é a aplicação de concepções mais profundas em detrimento de outras mais superficiais e equívocas⁶.

O conceito de animismo substituiu o de «fetichismo» ou «culto demoníaco», ambos termos sem significado. A compreensão dos sistemas de relações classificatórias abriu caminho às pesquisas de sociologia nativa mais recentes e brilhantes do trabalho de campo da escola de Cambridge. A análise psicológica dos pensadores alemães proporcionou imensas informações

valiosas a partir das recentes expedições alemãs em África, na América do Sul e no Pacífico, enquanto as obras teóricas de Frazer, Durkheim e outros já inspiraram diversos investigadores de campo e continuarão, sem dúvida, a fazê-lo durante muito tempo, conduzindo-os a novos resultados. O investigador de terreno orienta-se fundamentalmente segundo a inspiração da teoria. É claro que ele pode ser ao mesmo tempo um pensador e investigador teórico e, nesse caso, pode valer-se de si próprio para obter estímulo. Mas estas duas funções são diferentes e, por isso, na pesquisa efectiva têm de ser separadas, tanto no tempo como nas condições de trabalho.

Como sempre acontece quando o interesse científico se passa a debruçar sobre determinado terreno até aí apenas explorado pela curiosidade de amadores, a Etnologia introduziu lei e ordem num mundo que parecia caótico e caprichoso. Transformou para nós esse mundo fantástico, bravo e indescritível dos «selvagens» num certo número de comunidades bem ordenadas, governadas por leis, comportando-se e pensando segundo princípios consistentes. O termo «selvagem», independentemente da sua acepção original, é conotado com ideias de liberdade desenfreada, de irregularidade, de algo extraordinário e extremamente bizarro. No pensamento popular, imagina-se que os nativos vivem no seio da Natureza, mais ou menos como podem e gostam, vítimas de temores incontrolados e crenças fantasmagóricas. A ciência moderna demonstra que, pelo contrário, as suas instituições sociais têm uma organização muito definida e que são governados pela autoridade, lei e ordem nas suas relações públicas e pessoais, estando estas últimas, para além disso, sob o controlo de laços extremamente complexos de parentesco e de pertença clânica. De facto, encontramos-os emaranhados numa malha de deveres, funções e privilégios que correspondem a uma elaborada organização tribal comunitária e de parentesco. As suas crenças e práticas não carecem, de modo nenhum, de alguma consistência, e o conhecimento que possuem do mundo exterior é suficiente para os guiar na maior parte das suas árduas empresas e actividades. Da mesma forma, também as suas produções artísticas não carecem, sob nenhum aspecto, de significado e beleza.

Longe está a posição do actual Etnógrafo relativamente à famosa resposta há muito dada por uma autoridade representativa a quem foi perguntado quais eram as maneiras e costumes dos nativos, ao que terá respondido: «Nenhuns costumes e maneiras de animais!» O Etnógrafo, com as suas tabelas de termos de parentesco, genealogias, mapas, planos e diagramas, prova a existência de uma organização ampla e exaustiva, demonstra a constituição da tribo, do clã, da família, e dá-nos um retrato dos nativos sujeitos a um código apertado de comportamento e boas maneiras, perante o qual, por comparação, a vida na corte de Versalhes ou no Escorial se apresentaria livre e fácil?

Por tudo isto, a primeira meta do trabalho de campo etnográfico é fornecer um esquema claro e firme da constituição social, bem como destacar as leis e normas de todos os fenómenos culturais, libertando-os dos aspectos

irrelevantes. O esqueleto firme da vida tribal deve ser estabelecido logo no início. Este objectivo impõe, em primeiro lugar, a obrigação fundamental de uma descrição completa dos fenómenos, sem procurar o que é sensacional e singular e ainda menos o que é risível ou bizarro. Já passou o tempo em que podíamos tolerar relatos nos quais os nativos nos eram apresentados como uma caricatura distorcida e infantil do ser humano. Este quadro é falso e, tal como muitas outras falsidades, foi aniquilado pela Ciência. O Etnógrafo de campo deve cobrir séria e sobriamente os fenómenos em cada aspecto estudado da cultura tribal, não estabelecendo diferenças entre aquilo que é lugar comum, monótono ou vulgar, e aquilo que o surpreende por ser espantoso e raro. Ao mesmo tempo, toda a amplitude da cultura tribal deve ser pesquisada em *todos os seus aspectos*. A consistência, a lei e a ordem que se revelam em cada aspecto contribui, simultaneamente, para a construção de um todo coerente.

O Etnógrafo que se predisponha a estudar apenas a religião ou a tecnologia, ou a organização social está a isolar artificialmente um campo de pesquisa, o que prejudicará seriamente o seu trabalho.

VI

Depois de estabelecida esta regra muito geral, vamos aprofundar algumas considerações mais específicas sobre o método. De acordo com o que acabou de ser dito, o Etnógrafo no terreno tem o dever de destacar todas as regras e normas da vida tribal, tudo o que é permanente e fixo; deve dar conta da anatomia da sua cultura e da constituição da sua sociedade. Mas estas coisas, embora cristalizadas e estabelecidas, não estão *formuladas* em lado algum. Não há um código de leis escrito ou explícito de qualquer outra forma, e toda a tradição tribal, toda a estrutura da sociedade está inscrita no mais escorregadio de todos os materiais: o ser humano. E nem mesmo na mente ou memória humana estas leis se encontram definitivamente formuladas. Os nativos obedecem a forças ou ordens do código tribal sem as compreenderem, da mesma forma que obedecem aos seus instintos e aos seus impulsos, sendo incapazes de enunciar uma simples lei de psicologia. As normas das instituições nativas são um resultado automático da interacção das forças mentais da tradição e das condições materiais do ambiente. Tal como a um membro humilde de qualquer instituição moderna – quer se trate do Estado, da Igreja ou do Exército –, que *lhe pertence e nela está inserido* mas não tem a percepção da acção integral resultante do todo, e ainda menos a capacidade de discursar sobre ela, também a um nativo seria inútil questionar em termos sociológicos abstractos. A diferença é que na nossa sociedade todas as instituições têm os seus membros pensantes, os seus historiadores, os seus arquivos e documentos, enquanto numa sociedade nativa não existe nada disto. Feita tal constatação, é preciso encontrar um expediente para ultrapassar esta dificul-

dade. E o expediente consiste, para um Etnógrafo, na recolha de testemunhos concretos e na elaboração das suas próprias induções e generalizações. Assim apresentado, isto parece óbvio. Mas a verdade é que não foi resolvido, ou pelo menos não foi posto em prática na Etnografia até ao momento em que o trabalho de campo começou a ser realizado por homens de ciência. Além do mais, não é fácil conceber as aplicações concretas deste método quando passado à prática, nem pô-las em funcionamento de forma sistemática e consistente.

Embora não possamos questionar os nativos relativamente a regras abstractas, podemos sempre inquiri-los relativamente ao modo como seria tratado determinado caso. Assim, por exemplo, querendo indagar como lidariam com o crime, ou como o puniriam, seria inútil colocar a questão nestes termos: «Como é que actuam e punem um criminoso?» – pois nem sequer seria possível encontrar as palavras adequadas para expressar esta pergunta na língua nativa, ou em *pidgin*. Mas um caso imaginário ou, melhor ainda, uma ocorrência real estimularão o nativo a exprimir a sua opinião e a fornecer informação profusa. Um caso real desencadeará entre os nativos uma onda de discussões, evocará expressões de indignação, mostrá-los-á a tomar partido – e cada um dos depoimentos evidenciará provavelmente uma riqueza de diferentes pontos de vista, de censuras morais, revelando, ao mesmo tempo, o mecanismo social accionado pelo crime cometido. Com este procedimento, será fácil levá-los a falar de outros casos similares, lembrando outros acontecimentos, ou a discuti-los em todas as suas implicações e aspectos. A partir deste material, que deve cobrir a maior gama de factos possível, as conclusões obtêm-se por simples indução. O tratamento científico difere do mero senso comum, em primeiro lugar, porque um investigador ampliará muito mais a perfeição e minúcia do inquérito, de forma escrupulosamente metódica e sistemática; em segundo lugar, porque a sua mente, treinada cientificamente, conduzirá a pesquisa através de pistas realmente pertinentes, a metas de importância efectiva. De facto, o objectivo do treino científico é dotar o investigador empírico de um *mapa mental* pelo qual se possa orientar e definir o seu caminho.

Regressando ao nosso exemplo, os vários casos discutidos revelarão ao Etnógrafo a maquinaria social da punição. Esta é uma parte, um aspecto da autoridade tribal. Imagine-se que, para além disso e através de um método similar de ilação a partir de dados concretos, ele obtém informação sobre a liderança na guerra, nos empreendimentos económicos, em festividades tribais – então terá afinal encontrado todos os dados necessários para responder a questões sobre governo tribal e autoridade social. No trabalho de campo efectivo, a comparação dos dados e a tentativa da sua articulação revelarão falhas e lacunas frequentes na informação, o que, por seu turno, incitará ao prosseguimento da investigação.

Pela minha própria experiência, posso dizer que muitas vezes os problemas pareciam claramente resolvidos até começar a escrever um pequeno ras-

cunho preliminar dos resultados. E era só nessa altura que me apercebia das enormes deficiências que me mostravam onde residiam novos problemas e me encaminhavam para novo trabalho. Na verdade, gastei alguns meses entre a minha primeira e a segunda expedição e mais de um ano entre esta e a posterior, revendo o meu material e preparando-o para publicação. Mas de cada vez que o fazia estava ciente de que teria de voltar a reescrevê-lo. Este processo de cruzamento entre trabalho construtivo e observação pareceu-me particularmente produtivo e penso que não poderia ter realmente prosseguido sem ele. Refiro este troço da minha própria história apenas para demonstrar que o que foi dito até agora não é um programa vazio, mas sim resultado de uma experiência pessoal. Neste volume, apresenta-se a descrição de uma grande instituição multifacetada e com a qual se relacionam variadíssimas actividades associadas entre si. Para quem reflecta sobre o assunto, tornar-se-á claro que a informação sobre um fenómeno tão complexo e com tantas ramificações não poderia ser obtida com algum grau de exactidão e perfeição sem uma interacção constante entre tentativas construtivas e verificações empíricas. De facto, elaborei um esboço da instituição Kula pelo menos meia dúzia de vezes enquanto me encontrava no campo e nos intervalos entre as minhas expedições. De cada vez que o fazia surgiam novos problemas e dificuldades.

A recolha de dados concretos sobre uma vasta gama de factos é, portanto, um dos pontos principais no método do trabalho de campo. O dever obriga não à mera enumeração de alguns exemplos mas ao enunciado tanto quanto possível exaustivo de todos os casos verificados; e, nesta recolha de casos, quanto mais claro for o mapa mental maior será o seu êxito. Mas, sempre que os dados da pesquisa o permitirem, este mapa mental deve ser transformado em algo de concreto, materializado num diagrama, num plano ou numa tabela sinóptica exaustiva dos casos verificados. Já há muito que nos habituámos a encontrar em todos os livros aceitáveis sobre nativos uma lista completa ou uma tabela da terminologia de parentesco, incluindo todos os dados relativos a este assunto e não apenas algumas relações ou designações estranhas ou fora do comum. Na investigação relativa ao parentesco, o encadeamento das relações umas nas outras leva, naturalmente, à construção de tabelas genealógicas. Já praticado por autores fundadores reconhecidos como Munzinger e, se bem me lembro, Kubary, este método veio a ser desenvolvido em plenitude nos trabalhos do Dr. Rivers. Também no estudo dos dados concretos das transacções económicas – com vista à circulação e ao percurso histórico de um objecto valioso – o princípio da perfeição e da profundidade permitiu a construção de tabelas de transacções semelhantes àquelas que encontramos no trabalho do Prof. Seligman⁸. Foi seguindo o exemplo do Prof. Seligman nesta matéria que consegui estabelecer algumas das regras mais difíceis e detalhadas do Kula. Quando possível, o método de redução da informação a cartas ou tabelas sinópticas deve ser extensivo ao estudo de praticamente todos os aspectos da vida nativa. Todos os tipos de transacções económicas podem ser estudados

segundo casos reais relacionados entre si e registados numa carta sinóptica; também aqui se deve conceber uma tabela incluindo todas as oferendas e presentes habituais em determinada sociedade, uma tabela que inclua uma definição sociológica, cerimonial e económica para cada item. Sistemas de magia, séries relacionadas de cerimónias, tipos de actos legais também podem ser registados de forma a que cada entrada possa ser definida sinopticamente sob várias categorias. Além disso, os recenseamentos genealógicos de cada comunidade estudados mais em detalhe, mapas extensivos, planos e diagramas ilustrando a propriedade de terra cultivada, os privilégios de caça e pesca, etc. servirão como documentos fundamentais de pesquisa etnográfica.

Uma genealogia não é mais do que uma carta sinóptica de relações de parentesco articuladas entre si. O seu valor como instrumento de pesquisa consiste no facto de permitir ao investigador formular questões a si próprio *in abstracto*, questões que podem, ao mesmo tempo, ser colocadas concretamente ao informante nativo. Como documento, o seu valor consiste no facto de fornecer diversos dados autenticados, apresentados segundo um esquema natural de associações. Uma carta sinóptica da magia preenche a mesma função. Como instrumento de pesquisa, utilizei-a com o fim de averiguar, por exemplo, as ideias sobre as características do poder mágico. Com uma carta à frente, podia abordar de maneira fácil e conveniente diferentes tópicos e registar as respectivas práticas e crenças contidas em cada um. Assim, através de uma ilação geral para todos os casos [...], pude encontrar resposta para o meu problema abstracto. Não posso aqui tecer mais considerações relativas à discussão desta questão, pois isso implicaria algumas precisões no que respeita, por exemplo, à diferença entre o registo de dados concretos e reais, como a genealogia, e aquele que visa resumir os contornos de um costume ou crença, tal como seria o caso do registo de um sistema mágico.

Voltando mais uma vez à questão da honestidade metodológica, já discutida na Divisão II, queria agora salientar que o procedimento relativo à apresentação de dados concretos dispostos em tabela deve ser aplicado, antes de mais, às próprias credenciais do Etnógrafo. Ou seja, um Etnógrafo que pretenda ser respeitado deverá patentear clara e concisamente, sob a forma de tabela, aquilo que no seu trabalho resulta das suas próprias observações directas e aquilo que, por seu turno, resulta de uma recolha indirecta de informação. A tabela seguinte pode servir de exemplo para este procedimento, ao mesmo tempo que permitirá ao leitor aferir a credibilidade de qualquer declaração que tenha especial interesse em verificar. Com a ajuda desta tabela e das muitas referências dispersas ao longo do texto relativas à forma, às circunstâncias e ao grau de exactidão com que alcancei cada dado concreto, espero ter eliminado qualquer eventual obscuridade relativa às fontes deste livro.

28

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO, Agosto de 1914-Março de 1915.

Março, 1915. Na aldeia de Dikoyas (Ilha de Woodlark) observação de algumas oferendas cerimoniais. Obtenção de informação preliminar.

SEGUNDA EXPEDIÇÃO, Maio de 1915-Maio de 1916.

Junho, 1915. Uma visita kabigidoya chega a Kiriwina, vinda de Vakuta. A informação recolhida foi constituída pelo testemunho da sua ancoragem e pelos homens observados em Omarakana.

Julho, 1915. Vários grupos Kitava desembarcam na praia de Kaulukuba. Observação dos homens em Omarakana. Muita informação recolhida neste período.

Setembro, 1915. Tentativa frustrada de navegar até Kitava com To'uluwa, o chefe de Omarakana.

Outubro-Novembro, 1915. Observação da partida de três expedições de Kiriwina para Kitava. De cada vez To'uluwa traz consigo um espólio de *mwali* (braceletes de conchas).

Novembro, 1915-Março, 1916. Preparativos para uma grande expedição marítima de Kiriwina até às ilhas de Marshall Bennett. Construção de uma canoa; renovação de outra; fabrico de velas em Omarakana; lançamento à água; *tasasoria* na praia de Kaulukuba. Ao mesmo tempo obtenção de informação sobre estes assuntos e outros com eles relacionados. Aquisição de alguns textos mágicos sobre construção de canoas e magia Kula.

TERCEIRA EXPEDIÇÃO, Outubro de 1917-Outubro de 1918.

Novembro, 1917 - Dezembro, 1917. Kula interior ; alguns dados obtidos no Tukwaukwa.

Dezembro-Fevereiro, 1918. Grupos Kitava chegam a Wawela. Recolha de informação sobre o *yoyova*. Recolha de informação relativa às *yoyova*. Obtenção de magias e feitiços dos Kaygau.

Março, 1918. Preparativos em Sanaroa; preparativos nas Amphletts: a frota Dobu chega aos Amphletts. A expedição *uvalaku* proveniente de Dobu seguiu para Boyowa.

Abril, 1918. Chegada; recepção em Sinaketa; as transacções Kula; grande assembleia intertribal. Obtenção de algumas fórmulas mágicas.

Maio, 1918. Grupo Kitava observado em Vakuta.

Junho-Julho, 1918. Informações relativas à magia e costumes Kula confirmadas e desenvolvidas em Omarakana, com especial incidência nas suas ramificações orientais.

Agosto-Setembro, 1918. Recolha de textos mágicos em Sinaketa.

Outubro, 1918. Informação obtida junto de alguns nativos de Dobu e do distrito meridional de Massim (examinada em Samarai).

Para resumir o primeiro ponto fundamental do método, digamos que cada fenómeno deve ser analisado tendo em conta toda a gama possível das suas manifestações concretas, estudando cada uma através de uma investigação exaustiva de exemplos detalhados. Se possível, os resultados devem ser dispostos em tabela numa espécie de carta sinóptica, visando a sua utilização simultânea como instrumento de estudo e como documento etnológico. Com a ajuda destes documentos e da análise dos dados reais é possível perspectivar com clareza o contexto da cultura nativa, no sentido mais lato do termo, bem como a sua constituição social. Este método pode ser designado como o *método da documentação estatística através de provas concretas*.

VII

Não é necessário repetir que, a este respeito, o trabalho de campo científico está muito acima da melhor das produções de amadores. Existe no entanto um ponto no qual estes últimos frequentemente se destacam. Refiro-me à descrição de alguns traços íntimos da vida nativa que nos trazem aqueles aspectos que só um contacto prolongado e de grande proximidade com os nativos pode tornar familiares. Os resultados de alguns trabalhos científicos – sobretudo aqueles habitualmente designados como «trabalho de prospecção» – apresentam, por assim dizer, um excelente esqueleto da constituição tribal, mas falta-lhe a carne e o sangue. Aprendemos muito sobre o enquadramento da sociedade em causa, mas não conseguimos aperceber-nos ou imaginar dentro dele as realidades da vida humana, o fluxo rotineiro dos acontecimentos diários, as ondas ocasionais de agitação provocadas por uma festa ou cerimónia ou qualquer acontecimento particular. No momento de organizar as normas e preceitos dos costumes locais, resumindo-os a uma fórmula alcançada através da recolha de dados e declarações dos nativos, acabamos por concluir que esta precisão é estranha à vida real que nunca adere rigidamente a qualquer norma. Torna-se então necessário complementar este ponto de vista através da observação da maneira como determinado costume é posto em prática, do comportamento dos nativos mediante as regras formuladas de modo tão preciso pelo Etnógrafo e das muitas excepções que ocorrem quase sempre nos fenómenos sociológicos.

Se todas as conclusões forem apenas baseadas nos relatos dos informantes ou deduzidas a partir de documentos objectivos, torna-se claramente impossível actualizá-las com dados efectivamente observados do comportamento real. E esta é a razão pela qual determinados trabalhos de amadores residentes a longo prazo – como comerciantes e agricultores instruídos, médicos e administrativos e, claro está, alguns dos missionários inteligentes e sensatos aos quais a Etnografia tanto deve – ultrapassam em plasticidade e riqueza vivencial a maior parte dos relatórios puramente científicos. Mas se o investigador de campo treinado puder adoptar as condições de vida acima

descritas, ficará em muito melhor posição para entrar verdadeiramente em contacto com os nativos do que qualquer outro residente branco, pois nenhum dos outros vive efectivamente numa aldeia nativa, excepto durante períodos muito curtos, dado que cada qual mantém as suas próprias ocupações, o que lhes absorve a maior parte do seu tempo. Além disso, o facto de as suas relações com o nativo serem determinadas pelas posições respectivas de comerciante, missionário ou administrativo pode levá-los à necessidade de coagi-lo, transformá-lo, influenciá-lo ou usá-lo, o que torna uma observação real, objectiva e imparcial impossível, impedindo uma atmosfera de sinceridade, pelo menos no caso dos missionários e dos administrativos.

Viver numa aldeia com o único propósito de observar a vida nativa permite acompanhar repetidamente costumes, cerimónias e transacções e acumular exemplos das suas crenças e do modo como são realmente vividas. E assim o corpo e o sangue da verdadeira vida nativa depressa darão substância ao esqueleto de construções abstractas. Esta é a razão porque, trabalhando sob as condições previamente descritas, o Etnógrafo consegue acrescentar algo de essencial ao esboço rudimentar da constituição tribal, enriquecendo-a com inúmeros detalhes do comportamento, do cenário e dos pequenos incidentes. Ele está, então, apto para afirmar circunstancialmente se um acto é público ou privado; para descrever como uma assembleia pública se comporta e qual a sua aparência; pode, então, julgar se um acontecimento é vulgar ou extraordinário e emocionante; se os nativos o cumprem de forma sincera e séria ou em tom de brincadeira, de forma superficial ou deliberada e com zelo.

Por outras palavras: existem vários fenómenos de grande importância que não podem ser recolhidos através de questionários ou da análise de documentos, mas que têm de ser observados em pleno funcionamento. Chamemo-lhes os *imponderabilia da vida real*. Neles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os pormenores relacionados com a higiene corporal, a maneira de comer e de cozinhar; a ambiência das conversas e da vida social em volta das fogueiras da aldeia, a existência de fortes amizades ou hostilidades e os fluxos dessas simpatias e desagradados entre as pessoas, o modo subtil mas inequívoco como as vaidades e ambições pessoais têm reflexos sobre o comportamento do indivíduo e as reacções emocionais de todos os que o rodeiam. Todos estes factos podem e devem ser cientificamente formulados e registados, mas é necessário que isso seja feito não através do registo superficial de pormenores, como acontece normalmente com observadores não treinados, mas com um esforço de penetração na atitude mental que eles expressam. E esta é a razão porque o trabalho dos observadores cientificamente qualificados, desde que seriamente aplicado no estudo destes aspectos, produzirá, creio eu, resultados de valor acrescentado. Até agora isso tem sido feito apenas por amadores, logo, de um modo geral, com um valor relativo.

Na verdade, se nos lembrarmos que estes factos imponderáveis mas muito importantes da vida real fazem parte da verdadeira substância do

tecido social, que são eles que tecem os inúmeros fios que mantêm a coesão familiar, clânica, comunitária e tribal, o seu significado torna-se claro. Os contornos mais cristalizados dos agrupamentos sociais, tais como determinados rituais, deveres económicos e legais, obrigações, oferendas cerimoniais e gestos formais de reconhecimento, embora igualmente significativos para o estudioso, são na realidade sentidos de forma menos pungente pelo indivíduo que os cumpre. Aplicando isto a nós próprios, todos sabemos que «vida familiar» significa antes de mais a atmosfera do lar: todos os pequenos actos incommensuráveis e atenções nos quais estão expressos a afeição, o interesse mútuo, as pequenas preferências e as pequenas antipatias que constituem a intimidade. Factos como o de podermos vir a herdar de certa pessoa ou o de devermos acompanhar o carro funerário de outra, embora sociologicamente pertençam à definição de «família» e de «vida familiar», são colocados em segundo plano quando encaramos a perspectiva pessoal daquilo que a família significa verdadeiramente para nós.

O mesmo se aplica a uma comunidade nativa, e se o Etnógrafo quer fazer chegar a vida real dessa comunidade até aos seus leitores, não deve, sob qualquer pretexto negligenciar estes factos. Nenhum dos aspectos – o íntimo e o legal – deve ser desprezado. No entanto, geralmente, os relatórios etnográficos não contemplam os dois, mas apenas um ou outro – e, até agora, os aspectos da intimidade têm sido os mais negligenciados. Muito para além do âmbito estrito das relações familiares, este aspecto íntimo, expresso pelos detalhes típicos de interacção e pelos padrões de comportamento interpessoal, existe em todas as relações sociais, mesmo naquelas que ligam entre si os membros de uma mesma tribo ou de tribos diferentes, hostis ou não, que se encontram em qualquer situação social. Esta vertente é diferente da moldura legal da relação definida e cristalizada e tem de ser estudada e afirmada nos seus próprios termos.

Da mesma forma, quando se estudam os actos formais da vida tribal – como qualquer tipo de cerimónias, rituais, festividades, etc. –, os detalhes e a variação dos comportamentos devem ser apresentados a par do enquadramento geral dos acontecimentos. A importância deste procedimento pode ser ilustrada com o seguinte exemplo. Muito tem sido dito e escrito sobre o conceito de sobrevivência. Ora, o carácter de sobrevivência de determinada atitude não se pode expressar melhor do que nos aspectos acessórios de um comportamento, na forma como ele é levado a cabo. Tomemos qualquer exemplo da nossa própria cultura, quer se trate da pompa e circunstância de uma cerimónia de Estado ou de um costume pitoresco dos miúdos da rua; a sua mera «esquematisação» não nos dirá se o ritual ainda vibra com vigor nos corações daqueles que o cumprem e da audiência ou se é encarado como um costume moribundo, apenas mantido em nome da tradição. Mas se observarmos e registarmos os dados relativos ao comportamento, o grau de vitalidade do acto tornar-se-á evidente. Não há dúvida de que, do ponto de vista quer da



análise sociológica quer da psicológica, em todas as perspectivas teóricas, o modo e o tipo de comportamento observado na representação de um acto é da máxima importância. O comportamento é um facto, um facto relevante, e como tal, pode ser registado. Insensato seria o homem de ciência que negligenciasse toda esta classe de fenómenos, prontos a ser recolhidos, ainda que o fizesse por não vislumbrar a sua utilidade teórica!

É óbvio que, no que respeita ao método real de observação e registo no trabalho de campo destes *imponderabilia da vida real e do comportamento genuíno*, a equação pessoal do observador se torna mais proeminente do que na recolha de dados etnográficos cristalizados. Mas também aqui o esforço principal deve ir no sentido de deixar os factos falarem por si. Se, ao fazer uma ronda diária na aldeia, determinados incidentes, formas características de comer, de conversar, de trabalhar [...] são observados repetidamente, devem ser imediatamente apontados. É também importante que este trabalho de recolha e anotação das impressões comece logo no início do trabalho em determinada região. As peculiaridades subtis, que impressionam enquanto são novidade, passarão despercebidas à medida que se tornem familiares. Outras, ao contrário, só se evidenciarão no decurso de um conhecimento mais profundo das condições locais. Um diário etnográfico, levado a cabo sistematicamente ao longo do tempo de trabalho numa região, seria o instrumento ideal para este tipo de estudo. E se, a par daquilo que é o normal e típico, o Etnógrafo anotar cuidadosamente os pequenos e grandes desvios à norma, ele estará a balizar os dois extremos entre os quais se movimenta a normalidade.

Ao observar as cerimónias ou outros acontecimentos tribais [...], é necessário não só apontar as ocorrências e detalhes que são prescritos pela tradição e costumes, apresentando-os como sendo o essencial do acontecimento, mas também registar cuidadosa e fielmente, uma após outra, as acções dos actores e dos espectadores. Esquecendo por um momento que conhece e compreende a estrutura destas cerimónias e os principais dogmas nelas subjacentes, o Etnógrafo deve simplesmente deixar-se envolver na ambiência de uma assembleia de seres humanos e observar se estes se comportam de forma séria ou jocosa, com compenetração ou com frivolidade, se se encontram com o estado de espírito habitual ou especialmente entusiasmados, e por aí adiante. Concentrando-se constantemente neste aspecto da vida tribal e com o objectivo permanente de o registar e expressar em termos de factos reais, uma quantidade de material sólido e significativo recheará as suas notas. Encontrar-se-á então em condições de «colocar» correctamente o acontecimento no seio da vida tribal, quer dizer, de demonstrar o seu carácter excepcional ou comum, de compreender se este implica ou não alterações profundas no comportamento habitual dos nativos. Isso permitir-lhe-á ainda uma apresentação clara e convincente de todo o material.

Neste tipo de trabalho, é ainda aconselhável que, de vez em quando, o Etnógrafo ponha de lado a máquina fotográfica, o bloco de notas e o lápis e

intervenha no que se está a passar. Pode participar nos jogos dos nativos, pode acompanhá-los nas suas visitas e passeios, sentar-se ouvindo e partilhando as suas conversas. Não sei se isto é igualmente fácil para toda a gente – talvez a natureza eslava seja mais plástica e espontaneamente mais selvagem do que a dos europeus ocidentais –, mas embora o grau de sucesso possa variar, todos devem tentar. Destes mergulhos na vida dos nativos – que eu empreendi frequentemente não apenas devido ao estudo mas porque toda a gente precisa de companhia humana – emergia sempre a clara sensação de que o seu comportamento e a sua maneira de ser, em todos os tipos de operações tribais, se tornavam mais transparentes e facilmente compreensíveis do que me eram antes. O leitor encontrará todas estas considerações metodológicas ilustradas, mais uma vez, nos capítulos seguintes.

VIII

Por fim, passemos ao terceiro e último objectivo do trabalho de campo científico, ao último tipo de fenómenos que devem ser registados com vista a um retrato completo e adequado da cultura nativa. Para além do contorno firme da constituição tribal e dos temas culturais cristalizados que formam o esqueleto, para além dos dados da vida quotidiana e do comportamento comum, que são, por assim dizer, a sua carne e sangue, também o espírito – as visões, opiniões e expressões dos nativos – deve ser registado. Isto porque, em cada acto da vida tribal existe, em primeiro lugar, a rotina prescrita pelo costume e tradição, depois o modo como é levada a cabo e, por fim, o comentário que suscita, de acordo com a sua mentalidade. Um homem que se submete a várias obrigações costumeiras e que actua segundo a tradição, fá-lo impellido por certos motivos, acompanhado de certos sentimentos, guiado por certas ideias. Estas ideias, sentimentos e impulsos são moldados e condicionados pela cultura em que se encontra e, como tal, são uma peculiaridade étnica dessa sociedade. Logo, devemos esforçar-nos por estudá-los e registá-los.

Mas será que isto é possível? Será que estes estados subjectivos não são demasiado abstractos e inefáveis? E mesmo partindo do princípio de que as pessoas sentem, pensam ou experimentam realmente certos estados psicológicos de acordo com a imposição dos costumes, a verdade é que a maioria delas não é certamente capaz de exprimir estas ideias por palavras. É da maior importância garantir este último ponto, e é talvez esta a verdadeira dificuldade no estudo dos factos da psicologia social. Sem tentar resolver o problema teoricamente ou entrar demasiado no terreno da metodologia geral, passarei directamente à questão dos meios práticos para ultrapassar algumas das dificuldades que ele implica.

Em primeiro lugar, há que dizer que aqui nos restringimos a formas estereotipadas de pensar e sentir. Como sociólogos, não nos interessa o que A ou

B possam sentir enquanto indivíduos, no decurso acidental das suas próprias experiências pessoais; apenas nos interessa o que sentem e pensam enquanto membros de uma determinada comunidade. Ora, nesta qualidade, os seus estados mentais são marcados por um curho específico, tornam-se estereotipados pelas instituições onde vivem, pela influência da tradição e do folclore, pelo próprio veículo do pensamento, ou seja, pela linguagem. O ambiente social e cultural em que se movem força-os a pensar e a sentir de determinada maneira. Assim, um homem que viva numa comunidade poliândrica não pode experimentar os mesmos sentimentos de ciúme que um monógamo estrito experimenta, embora potencialmente o sentimento possa existir. Um homem que viva dentro da esfera do Kula não pode tornar-se permanente e sentimentalmente ligado a alguns dos seus bens, embora os valorize acima de tudo. Estes são exemplos simples, mas ao longo do texto deste livro encontraremos outros melhores.

Assim, poderemos resumir o terceiro mandamento do trabalho de campo da seguinte forma: encontrar os modos típicos de pensar e sentir, correspondentes às instituições e à cultura de uma determinada comunidade, e formular os resultados da forma mais convincente. Qual será o procedimento para isso? Os melhores escritores etnográficos – mais uma vez a Cambridge School com Haddon, Rivers e Seligman na primeira linha dos Etnógrafos ingleses – sempre se esforçaram por citar *verbatim* os depoimentos de importância fundamental. Os mesmos autores insistem ainda na utilização dos termos nativos de classificação, *termini technici* sociológicos, psicológicos e industriais, e na transmissão, tão precisa quanto possível, da descrição verbal do pensamento nativo. O Etnógrafo pode dar um passo importante nesta linha ao aprender a língua indígena e ao utilizá-la como instrumento de pesquisa. Trabalhando em língua «Kiriwi» deparei, de início com dificuldades, quando registava as minhas notas já traduzidas. Muitas vezes a tradução roubava ao texto as suas características significativas – omitia os seus pontos de vista –, de forma que, gradualmente, fui impelido a escrever algumas frases importantes tal como eram faladas na língua nativa. À medida que o meu domínio da língua progredia, passei a escrever cada vez mais em língua «Kiriwi», até que, por fim, dei por mim a escrever exclusivamente nessa língua, tirando notas rapidamente, palavra por palavra, de cada afirmação. Mal cheguei a este ponto, apercebi-me de que, ao mesmo tempo que estava a adquirir um material linguístico abundante, recolhia também uma série de documentos etnográficos que deviam ser reproduzidos tal como os havia registado, independentemente da forma como os utilizasse na elaboração do meu trabalho final¹⁰. Este *corpus inscriptionum Kiriwiniensium* pode vir a ser utilizado não apenas por mim mas por todos aqueles que, pela sua maior acuidade e habilidade de interpretação, possam encontrar pontos que escaparam à minha atenção; isto à semelhança do que se passa com outros escritos que constituem a base das várias interpretações de culturas antigas e pré-históricas; só que estas inscri-

ções etnográficas são todas decifráveis e claras, foram quase todas traduzidas completamente e sem ambiguidades e guarnecidas com comentários cruzados dos nativos ou *scholia* procedentes de fontes vivas.

Nada mais a acrescentar sobre este tema, uma vez que mais à frente um capítulo inteiro (Capítulo XVIII) será dedicado a este tema e à sua ilustração com vários textos nativos. O *Corpus* será obviamente publicado posteriormente.

IX

As considerações feitas até aqui indicam então que o objectivo do trabalho de campo etnográfico deve ser alcançado através de três vias:

1) *A organização da tribo e a anatomia da sua cultura* deve ser registada num esquema firme e claro. O método de *documentação concreta e estatística* é o meio a utilizar para a definição desse esquema.

2) Dentro desta trama, devem ser inseridos os *imponderabilia da vida real* e o *tipo de comportamento*. Os respectivos dados devem ser recolhidos através de observações minuciosas e detalhadas, sob a forma de uma espécie de diário etnográfico, só possível através de um contacto íntimo com a vida nativa.

3) Deve ser apresentada uma recolha de depoimentos etnográficos, narrativas características, ocorrências típicas, temas de folclore e fórmulas mágicas sob a forma de um *corpus inscriptionum*, como documentos da mentalidade nativa.

Estas três linhas de abordagem levam ao objectivo final que um Etnógrafo nunca deve perder de vista. Este objectivo é, resumidamente, o de compreender o ponto de vista do nativo, a sua relação com a vida, perceber a sua visão do seu mundo. Temos de estudar o Homem e devemos estudar o que mais profundamente o preocupa, ou seja, aquilo que o liga à vida. Em cada cultura, os valores são ligeiramente diferentes; as pessoas aspiram a fins diferentes, seguem impulsos diferentes, anseiam por diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos diferentes instituições através das quais o homem persegue os seus interesses, diferentes costumes pelos quais satisfaz as suas aspirações, diferentes códigos de leis e moralidade que recompensam as suas virtudes ou punem os seus erros. Estudar as instituições, costumes e códigos ou estudar o comportamento e a mentalidade sem o empenho na compreensão subjectiva do sentimento que as move, sem perceber a essência da sua felicidade é, em minha opinião, desprezar a maior recompensa que podemos esperar algum dia obter a partir do estudo do Homem.

O leitor encontrará estas considerações gerais ilustradas nos capítulos seguintes. Aí encontraremos o selvagem esforçando-se por satisfazer algumas das suas aspirações, tentando cumprir os seus valores, perseguindo a sua própria ambição social. Acompanhá-lo-emos nas suas difíceis e perigosas empresas, movido por uma tradição de missões mágicas e heróicas, enleado no seu próprio romance. É possível que, ao lermos o relato destes costumes remotos

sejamos invadidos por um sentimento de solidariedade para com as diligências e ambições destes nativos. Talvez a mentalidade do Homem chegue até nós, nos seja revelada através destes caminhos nunca antes percorridos. Pode ser que, percebendo a natureza humana sob uma forma muito distante e estranha para nós, se acenda alguma luz sobre a nossa. Se assim for, e só assim, poderemos pensar que o nosso esforço para entender estes nativos, as suas instituições e costumes valeu a pena, e acreditar que, também nós, tirámos algum proveito do Kula.

© 1961 by Bronislaw Malinowski. Reprinted by permission of John Hawkins & Associates, Inc. Tradução de Ana Paula Soares. Revisão científica de Maria Carneira da Silva e Jill Dias.

- ¹ As *hiri*, como são chamadas estas expedições na língua Motu, foram descritas clara e detalhadamente pelo capitão F. Barton, em *The Melanesians of British New Guinea*, de C. G. Seligman, Cambridge, 1910, cap. VIII.
- ² Cfr. B. Malinowski, «The Malibu», in *Transactions of the R. Society of S. Australia*, 1915, cap. IV, 4, pp. 612 a 629.
- ³ *Ob. cit.*, cap. XL.
- ⁴ Mais uma vez, neste ponto do método, estamos em dívida para com a Cambridge School of Anthropology, por ter introduzido a verdadeira forma científica de lidar com a questão. Nas obras de Haddon, Rivers e Seligman, a distinção entre indução e observação está sempre claramente exposta, podendo visualizar-se com precisão perfeita as condições sob as quais o trabalho foi realizado.
- ⁵ Posso apontar desde já que houve algumas agradáveis exceções, para mencionar apenas os meus amigos: Billy Hancock, nas Trobriand, M. Raffael Brudo, outro comerciante de pérolas, e o missionário, Sr. M. K. Gilmour.
- ⁶ Segundo um hábito útil da terminologia científica, utilizei o termo Etnografia para os resultados empíricos e descritivos da ciência do Homem, e o termo Etnologia para teorias especulativas e comparativas.
- ⁷ A lendária «autoridade de antanho» que considerava os nativos animais e sem costumes viria mesmo a ser ultrapassada por um autor recente que, referindo-se aos Massim do Sul, com quem viveu e trabalhou em «estreito contacto» durante muitos e muitos anos, diz: «Ensinamos estes homens sem lei a ser obedientes, estes homens desumanos a amar, e estes homens selvagens a mudar.» E ainda: «Guiados na sua conduta apenas pelos seus instintos e impulsos e governados pelas suas paixões incontroladas...»; «Sem lei, desumanos e selvagens!». Uma deturpação tão grosseira do verdadeiro estado das coisas dificilmente seria inventada, mesmo por alguém que quisesse parodiar o ponto de vista do Missionário. Citado do Rev. C. W. Abel, da London Missionary Society, *Savage Life in New Guinea*, sem data.
- ⁸ Por exemplo, as tabelas de circulação das valiosas lâminas de machado, *ob. cit.*, pp. 531, 532.
- ⁹ Neste livro, além da tabela anexa, que não pertence exactamente à classe de documentos que aqui refiro, o leitor encontrará apenas algumas amostras de tabelas sinópticas, tal como a lista dos parceiros do Kula mencionada e analisada no Capítulo XIII, Divisão II, a lista de ofertas e presentes no Capítulo VI, Divisão VI, apenas descrita e não disposta.

em tabela; os dados sinópticos de uma expedição Kula no Capítulo XVI e a tabelas de magia Kula apresentadas no Capítulo XVII. Não quis, aqui, sobrecarregar o relato com gráficos, etc., preferindo reservá-los até à publicação integral do meu material.

- ¹⁰ Pouco tempo depois de adoptar esta medida recebi uma carta do Dr. A. H. Gardiner, o conhecido egiptólogo, aconselhando-me a fazer isso mesmo. Do seu ponto de vista de arqueólogo, eram evidentes as enormes possibilidades de que um etnógrafo dispõe para obter um corpo de fontes escritas, semelhante aos que nos chegaram de culturas ancestrais, com a vantagem de poderem ser clarificadas graças ao conhecimento pessoal da vida daquela cultura em todos os seus aspectos.